TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE TAMBORIL DO PIAUÍ/PI, COM A EMPRESA GILMAR VILA NOVA DOS SANTOS LTDA PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

O **MUNICÍPIO DE TAMBORIL DO PIAUÍ -PI**, pessoa jurídica de direito público interno, sob CNPJ N º 01.616.855/0001-04, estabelecida na praça do mercado, 56, bairro centro, CEP 64893-000, Tamboril do Piauí/PI, neste ato representado por **GLAUERT COELHO ALMEIDA,** residente e domiciliado na nesta cidade doravante denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a Empresa GILMAR **VILA NOVA DOS SANTOS LTDA** - CNPJ nº 51.986.904/0001-79, com sede na Av. Candido Coelho, 38, sala B, bairro Centro, CEP: 64760-000, São João do Piauí, neste ato representado por Gilmar Vila Nova dos Santos, portador do RG Nº 2.458.598, inscrito no CPF: n º 956.302.103-78, resolvem celebrar o presente Contrato, com fulcro na Lei 14.133, de 1 º de Abril de 2021, e de acordo com o que consta no Procedimento **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2024- PMWF, Processo Administrativo nº 098/2024- PMWF, por meio da adesão 005/2025 PMTP**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto para a Registro de Preço para futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços parcelado, futura e eventual de serviços técnicos profissionais especializados a ser executado de forma continuada através da aplicação de projeto pedagógico específico de alfabetização, letramento enumerancia.com diagnostico efetivo do nível de leitura e reconstrução de habilidades cognitivas de alunos de Educação Infantil (4 e 5 anos) e alunos de 1 º ao 9º ano do Ensino Fundamental, nos termos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, a BNCC — Base Nacional Comum Curricular (2019) e a metodologia pedagógica de projeto de aprendizagens que visam implementar neste município uma política de Alfabetização em Rede, preparando a criança para a realidade escolar da próxima experiência educativa no contexto do Ensino Fundamental para fins de leitura, reflexão, análise e produção oral e escrita de temáticas sociais diversas, bem como, prestação de serviços a serem executados pela formação continuada de gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores considerando as

diretrizes curriculares necessárias para a efetiva operacionalização do projeto pedagógico junto aos alunos da rede municipal de ensino, deste município de Tamboril do Piauí, Estado do Piauí, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QT	V. UNIT	V.TOTAL
01	Prestação de serviços técnicos profissionais especializados a ser executado de forma continuada através da aplicação de projeto pedagógico específico de alfabetização, letramento e numerância, com diagnostico efetivo do nivel de leitura e reconstrução de habilidades cognitivas de alunos de Educação Infantil (4 e 5 anos) e alunos de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, nos termos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, a BNCC – Base Nacional Comum Curricular (2019) e a metodologia pedagógica de projeto de aprendizagens que visam implementar neste município uma política de Alfabetização em Rede, preparando a criança para a realidade escolar da próxima experiência educativa no contexto do Ensino Fundamental para fins de leitura, reflexão, análise e produção oral e escrita de temáticas sociais diversas, bem como, prestação de serviços a serem executados pela formação continuada de estores escolares, coordenadores pedagógicos e professores considerando as diretrizes curriculares necessárias para a efetiva operacionalização do projeto pedagógico junto aos alunos da rede municipal de ensino, deste município de Wal Ferraz, Estado do Piauí.	SVÇ	07	R$ 83.357,14	R$ 583.499,98
Valor Total R$: 583.499,98 (quinhentos e oitenta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)					

1.2. A prestação dos serviços do objeto deste Contrato, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

1.3. 1.2.1. Proposta da CONTRATADA do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2024, Processo Administrativo nº 098/2024, por meio da adesão 005/2025 PMTP**.

1.4. Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2024 PMWF, Processo Administrativo nº 098/2024- PMWF, por meio da adesão 004/2025 PMTP** e seus anexos;

1.5. Termo de Referência

1.6. Os documentos referidos no presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

1.7. Os valores unitários referentes ao fornecimento dos bens serão os estipulados na proposta apresentada pela CONTRATADA, acostada ao Procedimento Administrativo no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2024, Processo Administrativo nº 098/2024, por meio da adesão 005/2025 PMTP**

1.8. Nos preços acima estipulados estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos elou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.9. Os preços ajustados não sofrerão reajuste, salvo nas situações e formas previstas neste instrumento.

1.10. O valor global do presente contrato é de R$ 583.499,98 (quinhentos e oitenta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

1.11. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, fiscalização e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

1.12. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

1.13. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.14. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

1.15. O contrato deverá ser executado de acordo com os prazos consignados no Termo de Referência.

1.16. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.17. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Tamboril do Piauí deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.18. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1.19. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

1.20. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

1.21. Atestar nas notas fiscais elou faturas a efetiva entrega do objeto deste contrato, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

1.22. Aplicar à contratada as sanções previstas em lei e no contrato, quando for o caso;

1.23. Fornecer à contratada todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;

1.24. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos, efetuando a retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

1.25. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.26. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

1.27. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Tamboril do Piauí/PI - PI para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo

1.28. Contratado

1.29. Exigir a apresentação de notas fiscais com as requisições fornecidas, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, etc, bem como fornecer à Detentora da Ata/Contratada recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de compromissos que exijam essas comprovações.

1.30. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência e seus anexos;

1.31. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

1.32. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.33. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

1.34. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

1.35. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em havendo garantia contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1.36. O Contratado deve cumprir todas as obrigações deste Termo de Referência, edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

1.37. Atender as requisições do **CONTRATANTE**, executando o objeto na forma estipulada neste Termo de Referência, Ata de Registro de Preços elou Contrato, principalmente quanto ao prazo de entrega;

1.38. Executar o objeto contratado no local e forma indicada pela **CONTRATANTE**, obedecendo aos prazos estipulados.

1.39. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n. ^{0} 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

1.40. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.41. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**;

1.42. Credenciar junto ao **CONTRATANTE** um representante e número de telefone e Email para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução contratual;

1.43. Indicar, a pedido do **CONTRATANTE**, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer; 8.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.44. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

1.45. Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

1.46. Cumprir impreterivelmente os prazos estipulados no contrato e Termo de Referência.

1.47. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

1.48. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.49. Apresentar a Contratante, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato;

1.50. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n. º 14.133, de 2021);

1.51. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n. º 14.133, de 2021);

1.52. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.53. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos serviços arrolados no art. 124, II, d, da Lei n º 14.133, de 2021.

1.54. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

1.55. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei n º 8.078, de 1990);

1.56. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios dos, cuja

quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

1.57. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n ° 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

1.58. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

1.59. Observar, na emissão das notas fiscais para pagamento, as regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa n ° RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, bem como, sob pena de não aceitação por parte do Contratante.

1.60. Cumprir com todas as demais obrigações contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

1.61. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

1.62. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU POR dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

1.63. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

1.64. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 9.6 deste contrato

1.65. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

1.66. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

1.67. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1.68. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

1.69. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

1.70. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

1.71. 9.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os serviços indicados no item 10.9, observada a legislação que rege a matéria.

1.72. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

1.73. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

1.74. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

1.75. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

1.76. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de) dias úteis, contados da data em que for notificada.

1.77. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

1.78. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, S 4^0 da Lei n. ^{0} 14.133, de 2021).

1.79. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao

contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n º 662, de 11 de abril de 2022.

1.80. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

1.81. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos elou aplicar sanções à contratada. 9.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

1.82. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei n º 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.83. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

1.84. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

1.85. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

1.86. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

1.87. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

1.88. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

1.89. Comete infração administrativa o contratado que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei n º 14.133, de 2021, quais sejam:

1.90. dar causa à inexecução parcial do contrato;

1.91. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

1.92. dar causa à inexecução total do contrato;

1.93. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

1.94. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

1.95. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.96. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

1.97. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

1.98. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

1.99. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

1.100. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

1.101. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

1.102. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n º 12.846, de 1 º de agosto de 2013.

1.103. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada considerando as seguintes proporções:

1.104. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

1.105. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;

1.106. O fornecedor ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: Advertência, pela falta o subitem 18.1.1, quando não se justificar penalidade mais grave;

1.107. 1 1.3.2. Multa Compensatória de:

1.108. a) de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nos subitens 11.1.1, 1 1 . 1 .4 e

1.109. 1 1 .1 .6;

1.110. de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nos subitens 11.1.3, 11.1.5, 11.1.7;

1.111. de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nos subitens 11 . 1.2 e de 11.1.8 a 11.1.12;

1.112. 1 1.3.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.113. 1 1.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

1.114. 1 1.4. A sanção de multa moratória prevista pelo item 11.2 não impede a aplicação da multa compensatória prevista pelo item 11.3.2 deste edital.

1.115. 1 1.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

1.116. 1 1.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

1.117. 1 1.7. A aplicação das sanções previstas neste edital, em hipótese alguma, atenua a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

1.118. 1 1.8. Em qualquer caso de aplicação de sanção, será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa do contratado/detentor da ata.

1.119. 1 1.9. Na aplicação das penalidades previstas neste edital deverão ser observadas todas as normas contidas no Decreto Municipal n º 181/2023 e Lei Federal nº

1.120. 14.133/2021

1.121. 1 1.10. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial das Prefeituras Piauienses e Tribunal de Contas do Estado do Piauí - (TCE) e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

1.122. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

1.123. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

1.124. 12.1.0 contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

1.125. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

1.126. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

1.127. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.128. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.129. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.130. 12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.131. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

1.132. Balanço dos serviços contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.133. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; 12.2.3. Indenizaçóes
1.134. e multas.
1.135. 12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n. º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PRERROGATIVAS

1.136. 13.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente Contrato e à rescisão administrativa de que trata o art. 104 da Lei n º.
1.137. 14.133/2021 , bem como as prerrogativas abaixo elencados:
1.138. 13.1.1 modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
1.139. 13.1.2 extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
1.140. 13.1.3 fiscalizar sua execução;
1.141. 13.1.4 aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
1.142. 13.1.5 ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:
1.143. 13.1.5.1 risco à prestação de serviços essenciais;
1.144. 13. I .5.2 necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO, REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

1.145. 14.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência dos fatos estipulados no artigo 124, da Lei n º 14.133/21.
1.146. 14.2. É admissível a alteração subjetiva do contrato proveniente da fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:
1.147. 14.2.1. Todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
1.148. 14.2.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
1.149. 14.2.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
1.150. 14.2.4. Haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato; 14.3. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições

contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.151. 14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n º 14.133, de 2021.

DO REAJUSTE.

1.152. 14.5.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

1.153. 14.5.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, de um dos índices a seguir: Índice Geral de Preços — Mercado — IGP-M, Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA ou por outro indicador que venha substituí-lo, a critério da Administração e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.154. 14.5.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.155. 14.5.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.156. 14.5.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.157. 14.5.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.158. 14.5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.159. 14.5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.160. 14.6.Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro:

1.161. 14.6.1. Com fundamento no disposto pelo art. 124, II, "d" da Lei 14.133/21, o valor do contrato poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do

contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

1.162. 14.6.2. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser instruídos com documentos que comprovem a ocorrência de algumas das situações previstas pelo item anterior.

1.163. 14.6.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser apreciados pela administração, a qual deve emitir laudo técnico ou instrumento equivalente, expedido pelo setor competente, por meio do qual é certificado se o fato ou ato ocorrido repercutiu nos preços pactuados no contrato;

1.164. 14.6.4. Na análise dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não deve ser avaliada a margem de lucro da empresa, mas sim se o fato superveniente é capaz de trazer impactos financeiros que inviabilizem elou impeçam a execução do contrato pelo preço firmado inicialmente.

1.165. 14.6.5. O reequilíbrio econômico-financeiro será realizado por aditivo contratual.

1.166. 14.7. Nos casos de revisão de preços, poderão ser concedidos, caso haja motivo relevante, que importe na variação substancial do custo de execução do serviço junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Contratada.

1.167. 14.8. Somente haverá revisão de valor quando o motivo for notório e de amplo conhecimento da sociedade, não se enquadrando nesta hipótese simples mudança de fornecedor ou de distribuidora por parte da CONTRATADA;

1.168. 14.9. Os reajustes e reequilíbrio serão promovidos levando-se em conta apenas o saldo não retirado, e não servirão, em hipótese alguma, para ampliação de margem de lucro.

1.169. 14.10. Os reajustes e reequilíbrio dos preços não ficarão adstritas a aumento, devendo o fornecedor repassar ao Município as reduções que possivelmente venham ocorrer em seus respectivos percentuais.

1.170. 14.11 Tais recomposições poderão ser espontaneamente ofertadas pelo fornecedor ou requeridas pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

1.171. 15.1. A CONTRATADA deverá observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei n º 14.1 33/21 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS VEDAÇÕES

1.172. 16.1. É vedado à Contratada:

1.173. 16.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira; 16.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

1.174. 17.1. Caberá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos, no Portal Nacional de Contratações, sítio oficial da internet e Diário Oficial das Prefeituras Piauienses — TCE/PI, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

1.175. 17.2. As despesas resultantes da publicação deste Contrato e de seus eventuais aditivos, correrão por conta do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

1.176. 18.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

1.177. 18.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei n º 12.527, de 18 de novembro de 2011 , as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações — em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis — repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

1.178. 18.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA,** e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores. 18.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o **CONTRATANTE,** para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos

representantes da **CONTRATADA,** tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

1.179. 18.4. A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

1.180. 18.5. A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

1.181. 18.5.1. A comunicação não exime a **CONTRATADA** das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

1.182. 18.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

1.183. 19.1. A execução do presente contrato e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei n ° 14.133, de 1 ^{0} de abril de 2021, e suas alterações, bem como os

1.184. Decretos Federais e Municipais que a regulamentam, Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD), lei n ° 8.078/1990 e demais legislações aplicáveis ao caso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

1.185. 20.1. O Foro da Comarca de Canto do Buriti - Piauí é competente para dirimir questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

1.186. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Tamboril do Piauí, 04 de abril de 2025.

GLAUERT COELHO ALMEIDA:01732312338

Assinado de forma digital por GLAUERT COELHO ALMEIDA:01732312338

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL DO PIAUÍ
CNPJ Nº 01.616.855/0001-04

gov.br
Documento assinado digitalmente
GILMAR VILA NOVA DOS SANTOS
Data: 04/04/2025 12:26:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

VILA NOVA DOS SANTOS LTDA
CNPJ nº 51.986.904/0001-79

EXTRATO DO CONTRATO

ADESÃO 004/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2025. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2025. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL DO PIAUÍ – PI. CONTRATADO: **GILMAR VILA NOVA DOS SANTOS LTDA - CNPJ nº 51.986.904/0001-79,** com sede na Av. Candido Coelho, 38, sala B, bairro Centro, CEP: 64760-000, São João do Piauí. OBJETO: " **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS A SER EXECUTADO DE FORMA CONTINUADA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO".** VALOR GLOBAL: R$ 586.499,98 (QUINHENTOS E OITENTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS, E NOVENTA E OITO CENTAVOS). ASSINATURA DO CONTRATO: 04/04/2025.

Tamboril do Piauí-PI, 04 de abril de 2025.

Glauert Coelho Almeida

Prefeito do Município de Tamboril do Piauí/PI

Id:151904B0315639AB

ESTADO DO PIAUÍ
Prefeitura Municipal de Sussuapara
Rua José Domingos da Rocha, nº 100 - Sussuapara - Piauí
CNPJ. 01.612.755/0001-00
E-mail: pmsussuapara@gmail.com

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

CONTRATO Nº: 030/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 015/2023
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS E PEÇAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SUSSUAPARA-PI".
CONTRATADA: MK SERVICOS ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ nº 48.239.793/0001-22
VIGÊNCIA: PRORROGADA PARA 12/04/2026
FUNDAMENTOLEGAL: ART. 57, INCISO II DA LEI 8.666/93
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 11/04/2025.

MOACIR FERREIRA DE SOUSA
PREGOEIRO

Id:151904B031563972

ESTADO DO PIAUÍ
Prefeitura Municipal de Sussuapara
Rua José Domingos da Rocha, nº 100 - Sussuapara - Piauí
CNPJ. 01.612.755/0001-00
E-mail: pmsussuapara@gmail.com

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

CONTRATO Nº: 029/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 015/2023
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS E PEÇAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SUSSUAPARA-PI".
CONTRATADA: KJ FERNANDES LTDA, CNPJ nº 18.018.256/0001-91
VIGÊNCIA: PRORROGADA PARA 12/04/2026
FUNDAMENTOLEGAL: ART. 57, INCISO II DA LEI 8.666/93
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 11/04/2025.

MOACIR FERREIRA DE SOUSA
PREGOEIRO

Id:13B5BF37D3CC395B

ESTADO DO PIAUÍ
Prefeitura Municipal de Sussuapara
Rua José Domingos da Rocha, nº 100 - Sussuapara - Piauí
CNPJ. 01.612.755/0001-00
E-mail: pmsussuapara@gmail.com

EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

CONTRATO Nº: 031/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2023
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS E RADIOLÓGICOS NA CIDADE DE PICOS-PI, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SUSSUAPARA-PI".
CONTRATADA: MEDCENTER DIAGNOSTICO POR IMAGEM S/S LTDA, CNPJ nº09.208.252/0001-97
VIGÊNCIA: PRORROGADA PARA 12/04/2026
FUNDAMENTOLEGAL: ART. 57, INCISO II DA LEI 8.666/93
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 12/04/2024.

MOACIR FERREIRA DE SOUSA
PREGOEIRO

Id:151904B0315634A3

PREFEITURA TAMBORIL DO PIAUÍ

EXTRATO DO CONTRATO

ADESÃO 004/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2025. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2025. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL DO PIAUÍ – PI. CONTRATADO: **GILMAR VILA NOVA DOS SANTOS LTDA - CNPJ nº 51.986.904/0001-79,** com sede na Av. Candido Coelho, 38, sala B, bairro Centro, CEP: 64760-000, São João do Piauí. OBJETO: " **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS A SER EXECUTADO DE FORMA CONTINUADA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO".** VALOR GLOBAL: R$ 586.499,98 (QUINHENTOS E OITENTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS, E NOVENTA E OITO CENTAVOS). ASSINATURA DO CONTRATO: 04/04/2025.

Tamboril do Piauí-PI, 04 de abril de 2025.

Glauert Coelho Almeida
Prefeito do Município de Tamboril do Piauí/PI

Id:0CC563DE001A34A1

PREFEITURA TAMBORIL DO PIAUÍ

EXTRATO DE ADESÃO A ATA REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 042/2025 – PMTP/PI

ADESÃO Nº 004/2025 – PMTP/PI

ATO: PREGÃO ELETRONICO Nº 04/2024- PMWF, PROCESSO ADMINISTRATIVO

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL WALL FERRAZ /PI

ÓRGÃO ADERENTE (CARONA): PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL DO PIAUÍ/PI

A Prefeitura Municipal de Tamboril do Piauí-PI, torna público que realizou Adesão a Ata de Registro de Preço 001/2025 PMWF, decorrente do Pregão Eletrônico Nº 033/2024-PMWF/SRP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS A SER EXECUTADO DE FORMA CONTINUADA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Tamboril do Piauí-PI, 27 de março de 2025.

Glauert Coelho Almeida
Prefeito do Município de Tamboril do Piauí/PI